



A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO DE SUA REGIÃO: UM ESTUDO DO ESTADO DE SERGIPE

Martha Suzana Cabral Nunes¹ e Sérgio Luiz Elias de Araújo²

¹Mestre em Educação – Professora Universidade Federal de Sergipe – Brasil

²Doutorando UFPE – Professor Universidade Federal de Sergipe – Brasil

RESUMO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma maneira padronizada de avaliação do bem-estar de uma população, consistindo na média obtida através de três aspectos: riqueza, educação e esperança média de vida. De acordo com os dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), verifica-se que os países que alcançaram os maiores IDH são os que ofertam as maiores facilidades de comunicação e informação, como acesso a computadores e Internet, quantidade de TVs e rádios, acesso e leitura a jornal. O objetivo geral da presente pesquisa é analisar a importância do profissional da informação para o Desenvolvimento Humano de sua região, tomando como base os números do Estado de Sergipe. Quanto à metodologia, realizou-se um estudo exploratório/descritivo, sendo utilizada a coleta de informações através de Desk Research.

Palavras-Chave: Informação; Profissional da Informação; IDH; Desenvolvimento Humano.

ABSTRACT

The Human Development Index (HDI) is a standardized way to assess the welfare of a population consisting of the average obtained from three aspects: wealth, education and life expectancy. According to the report data from United Nations Development Programme - UNDP, it appears that countries that have reached the highest HDI are those that offer the greatest facilities of communication and information, such as access to computers and the Internet, amount of TVs and radios, access and read to newspaper. The overall goal of this research is to analyze the importance of information professionals for Human Development in your area, based on the numbers of the Sergipe state. Regarding methodology, it was made an exploratory and descriptive study, being collected information through Desk Research.

Keywords: Information; Information Professional; HDI; Human Development.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente estamos vivendo na Era da Informação, em que a sociedade tem convivido com o avanço dos meios de comunicação, associado à abertura de mercado, precedido de transformações em quase todos os aspectos e segmentos

da vida. Como consequência, a sociedade tem realizado um esforço para entender e absorver modificações tão bruscas, tentando definir estratégias que permitam aproveitar oportunidades nesse novo tempo de mudanças constantes e rápidas (REZENDE; SLOMSKI; CORRAR, 2005).

Segundo Amaral (2005), a informação é um fator extremamente importante para estimular o desenvolvimento da sociedade, constituindo-se em um dos principais instrumentos de geração de conhecimento capaz de possibilitar, de modo eficiente, a satisfação das diversas demandas da população (AMARAL, 1995).

Os indicadores socioeconômicos, projetados tanto pela Organização das Nações Unidas (ONU) quanto por outras entidades, demonstram a necessidade de informações e de metodologias que apurem o nível de desenvolvimento social e humano.

Batista (2005) afirma que a UNESCO possui um histórico progressivo sobre o acesso do indivíduo à informação, vinculando sua atuação diretamente à sua busca pela cidadania, e à evolução tecnológica ocorrida ao longo dos anos, registrando desde o Século I, em que houve a substituição do pergaminho e do papiro pelo papel, até o Século XXI, chegando à expansão dos meios de comunicação de massa. Apesar da evolução dos meios de informação, a maior parte da população não usufrui as vantagens da evolução tecnológica. Sendo assim, a UNESCO sugere uma “nova ordem” em matéria de comunicação e distribuição da informação para que esse problema tenha um tratamento adequado.

Dessa forma, essa discussão passa, necessariamente, pelas bibliotecas, independentemente de denominações como sistemas de informação, sistemas de recuperação da informação ou unidades de informação, apesar de termos plena consciência de que outras instituições, tais como arquivos, museus, universidades e escolas também são responsáveis pela transmissão e pela provisão dos conhecimentos produzidos no percurso da história da humanidade (CARVALHO; KANINSKI, 2000).

Romão (1993) apresenta um estudo sobre o Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que parte do pressuposto de que a verdadeira riqueza de uma nação consiste na sua própria gente. Portanto, para o PNUD

O desenvolvimento humano é um processo mediante o qual se oferece às pessoas maiores oportunidades. Entre estas, as mais importantes são uma vida prolongada e saudável, educação e acesso aos recursos necessários para se ter uma vida decente. Outras oportunidades incluem a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o respeito a si mesmo.

Baseado nas informações acima se traçou um objetivo geral para a presente pesquisa, que é analisar a importância do profissional da informação para o Desenvolvimento Humano de sua região, tomando como base os números do Estado de Sergipe, pois apesar de possuir o melhor IDH do Nordeste, alcançou apenas o 20º lugar entre os 27 Estados brasileiros, com uma pontuação de 0,742, sendo que 1,0 seria a melhor pontuação possível (GOVERNO DE SERGIPE, 2009).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Difusão da Informação

A circulação das informações produzidas pelo Estado só deixou de serem restritas às esferas públicas produtoras há alguns poucos anos, sendo que no Brasil, os serviços públicos de divulgação da informação começaram a aparecer no final da década de 70, ainda que de forma muito incipiente, com base em critérios mais pragmáticos do que técnico-científicos. Esse processo tomou um rumo de maior desenvolvimento com o processo de democratização brasileira. Inicialmente, a existência desses serviços era restrita aos centros próximos do poder. Essa situação se modificou gradativamente em razão do uso das novas tecnologias, em particular da Internet (LARA et al., 2002).

O uso da informação estatística, segundo Lara et al. (2002), requer um nível de conhecimento prévio que, por motivos sociais, econômicos e culturais, não é acessível a todos. Para que o usuário comum chegasse a utilizar esse tipo de informação seria preciso que suas necessidades mais básicas já estivessem satisfeitas, o que extrapola o controle das instituições em particular e se situa nos níveis das políticas públicas mais globais. Contudo, mesmo os segmentos da população teoricamente aptos a consumir informação estatística comumente se deparam com dificuldades de acesso que são relacionadas às formas como elas são organizadas e divulgadas.

A informação agrega valor quando permite à organização perceber oportunidades e ameaças à sua operação, detectando tendências ou problemas. E ainda, talvez na sua função mais nobre, a informação agrega valor quando da sua análise chega-se a novas maneiras de fazer negócio, a novos serviços e a novos produtos (FERREIRA, 2003).

Discute-se nos dias de hoje sobre as atribuições e responsabilidades relacionadas com os dados, as informações e o conhecimento na empresa, o que justifica ter como objeto de estudo o profissional da informação voltado para a prática da gestão do conhecimento. Segundo Teixeira Filho (1998), o profissional da informação de hoje é o protótipo do trabalhador do conhecimento de amanhã.

2.2 O Profissional da Informação

A Ciência da Informação (CI) desenvolveu-se historicamente porque os problemas informacionais modificaram completamente sua relevância para a sociedade. Transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser o verdadeiro fundamento da Ciência da Informação. Problemas no tratamento das informações existem há séculos e sempre estiveram mais ou menos presentes, contudo, sua importância real ou percebida mudou e essa mudança foi responsável pelo surgimento da CI (WERSIG; NEVELLING, 1975).

Para Saracevic (1996), a tarefa massiva de tornar mais acessível um acervo crescente de conhecimento, assim como todos os problemas mais específicos que se seguirem estão ainda à nossa volta e estarão aí com ou sem a Ciência da Informação.

O imperativo tecnológico que vem apresentando ou mesmo forçando o desenvolvimento e aplicação de uma crescente gama de produtos e serviços de informação ou impelindo a refinamentos substantivos vem de dentro e de fora da Ciência da Informação, com crescente competição. Uma ampla variedade de redes de informação, algumas empurrando as fronteiras, outras em diferentes estágios de concretização, está prometendo mudar radicalmente a qualidade e a quantidade da comunicação e mesmo da informação comunicada.

Em sentido mais amplo, a evolução da sociedade da informação está em aceleração, sendo claramente visível na Europa, nos Estados Unidos e na orla do Pacífico. Os papéis econômico e social de toda e qualquer atividade de informação estão se tornando mais e mais pronunciados, sua importância estratégica ultrapassa o nível da cooperação regional e global, em direção ao desenvolvimento nacional e ao progresso social, bem como em direção aos avanços organizacionais e vantagens competitivas (SARACEVIC, 1996).

De acordo com Arruda (2000), o atual desenvolvimento tecnológico, cheio de possibilidades de armazenamento, de acesso e disseminação de informações, retoma a pauta de discussão acerca do papel do profissional da informação e sua afirmação como gestor informacional. A informação atualmente é percebida como um valor, devido à possibilidade de vir a se transformar em conhecimento e em inovação tecnológica.

Além do princípio da organização e difusão do conhecimento, a ação do profissional da Informação é marcadamente pedagógica, quando estimula o interesse pelo livro, pelo hábito de ler, contribuindo para o desenvolvimento intelectual do leitor. Aprimorando a sua formação, foca suas atenções nas tecnologias e no conhecimento científico (CARVALHO, 2002).

Os profissionais da informação estão sendo estimulados a reafirmar sua importância e seu valor para o mercado, em meio à transição para um novo modelo de qualificação profissional. Segundo Crowley e Brace (1999), uma controvérsia que vem permeando a área de informação é a retirada de qualquer referência à palavra biblioteca do nome das instituições de formação profissional, que passariam a ser nomeadas pela expressão ciência da informação. Isso se daria devido à palavra biblioteca restringir o âmbito de atuação dos profissionais e dificultar a identificação dos mesmos pelo mercado de trabalho, para atuação em outros espaços profissionais.

Os bibliotecários nos países do Terceiro Mundo precisam desenvolver seu senso crítico sobre a política de informação, principalmente no que se refere à questão da transferência da informação. Não podem ficar omissos, nem alienados, absorvendo informações de modo passivo (AMARAL, 1995).

É necessário que desenvolvam suas próprias idéias e percepções, levantando questionamentos críticos acerca do assunto, pois eles são partes ativas desse

processo. É necessário que lutem para efetivar sua participação na sociedade, colaborando na elaboração e disseminação de critérios de seletividade para determinar quais as informações que assegurem o progresso científico e tecnológico, contribuindo para a solução dos problemas nacionais.

Nesse caminho, as condições de desenvolvimento da própria sociedade indicarão suas possibilidades de assimilação das novas tecnologias e do seu nível de entendimento do valor dessa absorção para o progresso científico e tecnológico, não podendo perder de vista que a educação e a informação são ferramentas indispensáveis para a cidadania e que os instrumentos informacionais são essenciais para dar acesso a esse direito.

2.3 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O critério para analisar a qualidade de vida de um determinado local é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, consistindo na média obtida através de três aspectos: riqueza, educação e esperança média de vida.

Sendo as pessoas a verdadeira riqueza das nações, o desenvolvimento humano tem relação com a criação de um ambiente dentro do qual as pessoas possam alargar o seu pleno potencial e levar vidas produtivas regidas pelas suas próprias necessidades e interesses. O desenvolvimento tem a ver com o alargamento das escolhas das pessoas para levar uma vida a que dêem valor, sendo muito mais do que simples relação com o crescimento econômico (BITOUN, 2002).

Para Assumpção Júnior et al. (2000), qualidade de vida é uma expressão que representa uma tentativa de nomear a sensação subjetiva de bem estar. Consiste na

Possessão dos recursos necessários para a satisfação das necessidades e desejos individuais, participação em atividades que permitam o desenvolvimento pessoal, a auto-realização e uma comparação satisfatória entre si mesmo e os outros.

2.4 Dados Estatísticos

Segundo Romão (1993), o IDH é construído em etapas sequenciais, sendo que a primeira consiste em estimar uma medida de privação ou carência de que padece a região relativamente às variáveis que compõem o índice: esperança de vida, alfabetização e PIB *per capita* real. O segundo passo para a construção do IDH consiste em definir uma média de privação ou carência. Finalmente, a terceira etapa consiste exatamente na obtenção do índice IDH, subtraindo-se de “1” a média de carências.

De acordo com os dados do relatório do PNUD, verifica-se que os países que alcançaram os maiores IDH são os que ofertam as maiores facilidades de comunicação e informação, como acesso a computadores e Internet, quantidade de TVs e rádios, acesso e leitura a jornal.

Conforme dados divulgados em novembro de 2010 pela ONU, o Brasil apresenta IDH de 0,699 e atualmente ocupa o 73º lugar no ranking mundial. Os sete seguintes no topo no IDH de 2010 são: Estados Unidos da América, Irlanda, Liechtenstein, Países Baixos, Canadá, Suécia e Alemanha.

Os sete entre os 10 últimos são: Mali, Burkina Faso, Ibéria, Chade, Guiné-Bissau, Moçambique e Burundi. Na África subsaariana, a taxa de acesso está abaixo de 7% para usuários de Internet e abaixo de 1% para banda larga. Na América Latina e no Sudeste Asiático, os dados giram em torno de 20%. Na região Norte da África, a situação é significativamente melhor que os Subsaarianos, com uma taxa de 40,4%.

Os usuários de Internet representam menos de 5% da população online mundial. Em algumas nações o acesso é inferior a 1%. Dos 24 países com menor IDH, 22 estão na África Subsaariana. Mais da metade destes possui uma renda inferior a 1,25 dólares por dia. A educação é escassa até mesmo para classes favorecidas e a expectativa de 51 anos de vida é menor que a média mundial estimada em 69 anos.

Para Romão (1993), é importante destacar que não se pode comparar desempenho inter-países simplesmente levando-se em conta a diferença absoluta ou porcentual dos indicadores em dois instantes quaisquer de tempo. Pode-se tomar, por exemplo, o México e a Espanha. Enquanto no primeiro a expectativa de

vida de sua gente aumentou de 58 anos em 1960 para 67 anos em 1985, no segundo aumentou de 68 para 77 anos, no mesmo período.

Se levarmos em conta apenas o incremento absoluto do número de anos de vida em cada país, ambos lograram igual performance qualitativa. Contudo, constitui esforço muito maior elevar sua expectativa de vida para limites próximos daquele convencionado como ideal do que elevá-lo para níveis distantes desse referencial. Assim, a Espanha teve uma melhor atuação, já que é mais difícil atingir níveis muito altos de expectativa de vida. Entretanto, se ao invés de levar em conta o incremento absoluto utilizarmos a variação percentual, o resultado será exatamente oposto, já que o aumento percentual de 58 anos para 67 é maior que de 68 para 77. Quer dizer, nesse caso pareceria que o maior esforço teria sido do México, e não da Espanha.

Romão (1993) afirma que para cada indicador foi atribuído um valor mínimo e um valor desejado. Os valores mínimos foram selecionados tomando por base o valor nacional mais baixo de cada indicador verificado no ano de 1987, dentre 130 países. Ou seja, 42 anos para esperança de vida ao nascer, como é o caso do Afeganistão, da Etiópia e de Serra Leoa, 12% para a alfabetização de adultos, como, por exemplo, na Somália e US\$ 220 para o PIB *per capita* ajustado pelo poder de compra, caso do Zaire.

Os valores desejados foram padronizados em 78 anos para a longevidade, tomando-se por base o Japão em 1987, taxa de alfabetização de 100% para adultos e US\$ 4.861 para o PIB *real per capita* ajustado, cifra esta correspondente a um valor oficial médio da linha de pobreza de nove países industrializados, a saber, Austrália, Canadá, República Federal da Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia, Reino Unido e Estados Unidos.

Com esses valores de referência para os três indicadores, calcula-se a medida de deficiência ou carência de cada indicador, dados os valores observados. A medida de carência estimada para cada indicador vai situar-se numa escala normalizada de zero a um, na qual os pontos extremos são os valores mínimo e Máximo (ROMÃO, 1993).

2.5 Dados Estatísticos de Sergipe

Apesar de ser a menor unidade da Federação Brasileira, segundo o Governo de Sergipe (2009), o Estado possui o melhor IDH do Nordeste. Contudo, alcançou apenas o 20º lugar entre os 27 Estados brasileiros, com uma pontuação de 0,742, sendo que 1,0 seria a melhor pontuação possível.

Contudo, Sergipe apresenta um IDH maior que o do Brasil, que se encontra em 73º lugar dentre todos os países com um índice de 0,699 e maior que o do mundo que apresenta um IDH médio de 0,624. Isso significa dizer que se fosse um país esse Estado seria considerado pelo PNUD (2010) como sendo de “Desenvolvimento Humano Alto”, estando inclusive acima da média das nações enquadradas nesse patamar que é de 0,717 e ocuparia a 59ª posição mundial.

De acordo com os dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, pode-se observar que os países de “Desenvolvimento Humano Muito Alto”, que alcançaram os maiores IDH como Noruega (0,938), Austrália (0,937), Nova Zelândia (0,907) e Estados Unidos (0,902) são os que ofertam as maiores facilidades de comunicação e informação, como acesso a computadores e Internet, quantidade de TVs e rádios, acesso e leitura a jornal.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE (2005; 2008) a quantidade de habitantes que possuem rádio em Sergipe aumentou de 84,4% para 86,7% e que possuem televisão aumentou de 90% para 96%. Quanto aos Computadores em 2005 apenas 9,4% dos sergipanos possuíam essa máquina e em 2008 esse número mais do que duplicou passando para 22,1%. Praticamente na mesma proporção cresceu o acesso à Internet, pois em 2005 cerca de 6% tinham acesso à grande rede e em 2008 registrou-se um aumento de cerca de duas vezes e meia, passando para 15,6% de internautas.

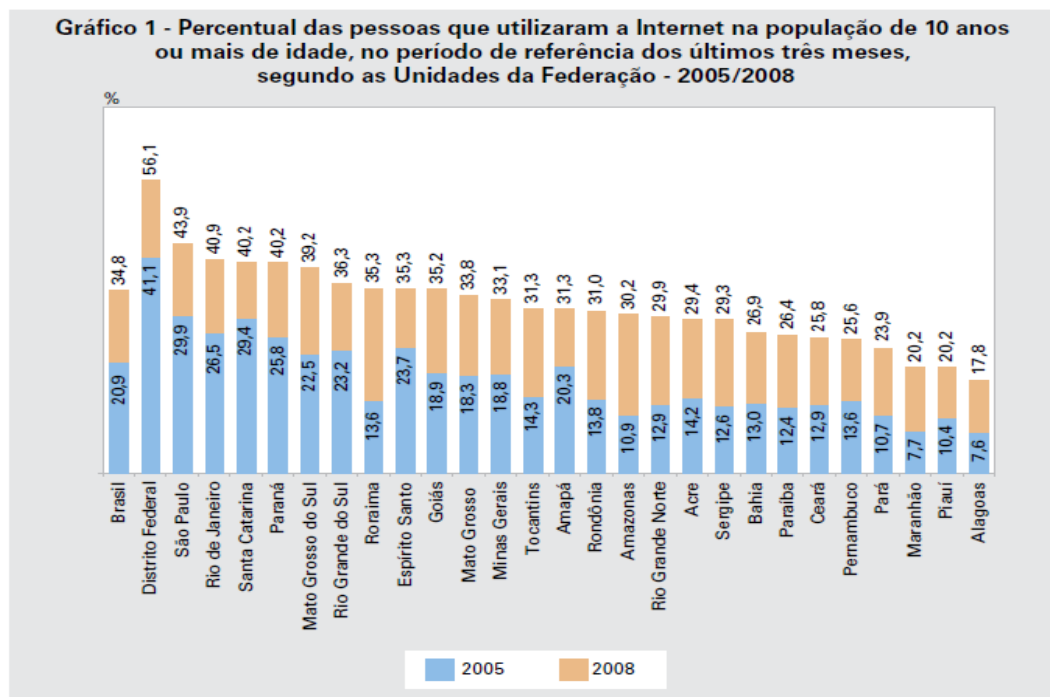
Tabela 1: Local de Uso da Internet.

	RESIDÊNCIA		TRABALHO		ESCOLA		LOCAL PÚBLICO		OUTRO	
	2005	2008	2005	2008	2005	2008	2005	2008	2005	2008
BRASIL	50%	57,10%	39,70%	31%	25,70%	17,50%	28%	37,80%	31,10%	19,70%
SERGIPE	36,70%	44%	39,80%	27%	27,50%	15,90%	31,40%	50,30%	31,90%	15,50%

Fonte: Autor baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE, 2005/2008.

Conforme se pode observar, houve um aumento de sergipanos que passaram a acessar a Internet de casa, passando de 36,7% para 44% e de locais públicos

como *lan houses*, por exemplo, que aumentou de 31,4% para 50,30%. Com isso, houve uma redução substancial dos que afirmaram acessar a Internet no trabalho e na escola.

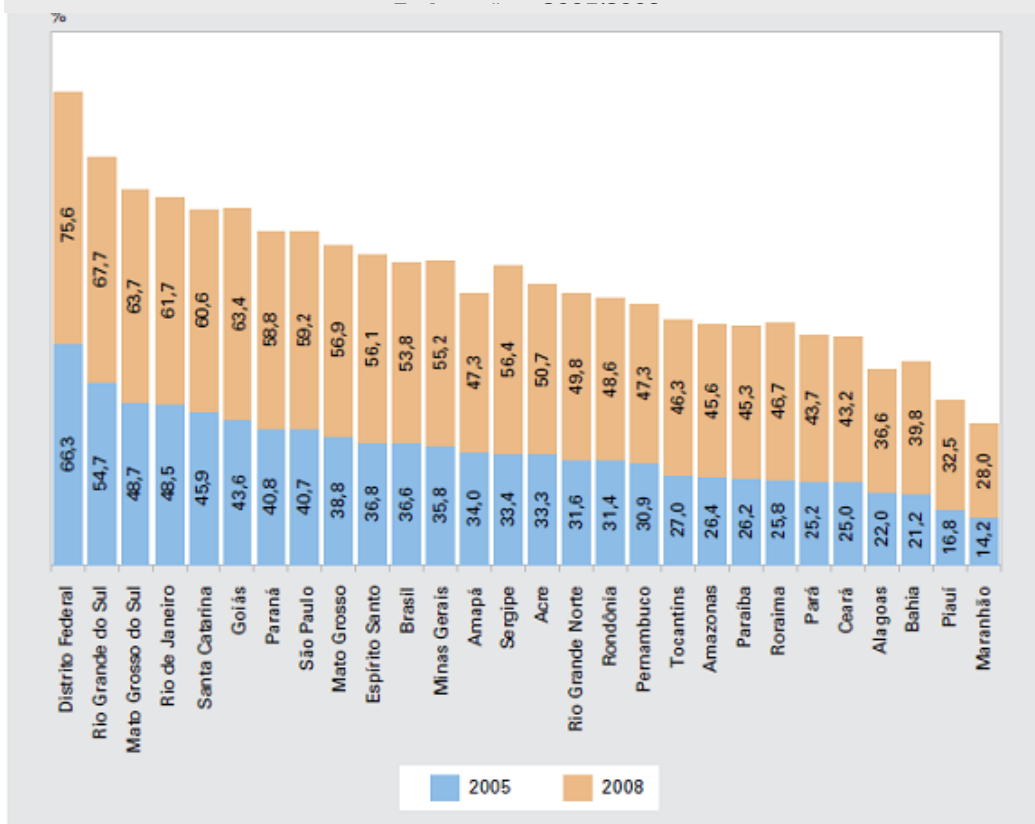


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2008.

No Gráfico 1 pode-se verificar que Sergipe é um dos Estados que quase triplicou o acesso à Internet do ano de 2005 em relação a 2008, passando de 12,9% para 26,9%, apresentando, inclusive números superiores a Unidades da Federação de grande porte como Bahia que passou de 13% para 28,9% e Pernambuco, que aumentou seu índice percentual de 13,6% para 25,6%.

Contudo, o indicador “usuário de Internet” acompanha a tendência dos números do Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, apesar de ter o melhor IDH do Nordeste, Sergipe fica atrás de todos os outros Estados do País. No indicador do Gráfico 1 acontece fenômeno semelhante, sendo a Unidade da Federação que apresentou maior evolução em quantidade de usuários da Internet, mas conseguiu ficar à frente apenas dos Estados nordestinos (à Exceção do Rio Grande do Norte) e do Pará (Norte).

Gráfico 2 – Percentual das pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade, segundo as Unidades da



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2008.

De acordo como IBGE (2008), o número de usuários de telefone fixo em Sergipe caiu de 25,9% para 25,1%, o que é pouco se compararmos com os índices nacionais que registraram queda de cerca de 10%, caindo de 48,4% para 44,1%. Em contrapartida, a quantidade de usuários de telefone móvel teve um aumento substancial de 54,7% para 80%, ou seja, de cada 10 sergipanos, 8 utilizam aparelho móvel celular.

Segundo o IBGE (2008), em quase todos os estados da Região Nordeste, o percentual de posse de celular para uso pessoal ainda não tinha atingido 50,0% da população, exceto Sergipe, onde 56,4% das pessoas o possuíam (Gráfico 2). Sergipe foi ainda o estado que apresentou o maior crescimento nesta participação, em relação a 2005, no País (23,0 pontos percentuais).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é baseado em fontes secundárias, acerca do que é Índice de Desenvolvimento Humano e Profissional da Informação, suas principais características e conceitos. A pesquisa realizada foi de nível exploratório, pois de acordo com Gil (1999) esse tipo de investigação tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias. Uma pesquisa exploratória é desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral acerca de determinado fato e é realizada principalmente quando o tema escolhido é pouco explorado e de difícil formulação de hipóteses mais precisas, sendo o caso do objeto de estudo deste trabalho.

Uma pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, ou seja, material já elaborado, constituído essencialmente de livros e artigos científicos, tendo como principal vantagem a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia investigar diretamente (GIL, 1999).

Assim sendo, foi realizada uma *Desk Research*, realizando levantamento de dados via Internet, notícias e informações acerca da Difusão da Informação, do Profissional da Informação, sobre o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, sendo feito levantamentos de Dados Estatísticos sobre Sergipe, o Brasil e o Mundo, utilizando a rede mundial de Computadores.

4 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os números confirmam a analogia feita entre o Índice de Desenvolvimento Humano e o acesso às informações, até porque sendo a Educação um dos pilares de mensuração do IDH é lógico inferir que quanto mais informação e mais acesso a ela, maior o desenvolvimento da região.

Apesar de ser a menor Unidade da Federação, Sergipe tem apresentado números significativos de crescimento informacional, como aquisição de computadores, o acesso à Internet, a utilização de telefones fixos e móveis, além do crescimento da posse e uso de Televisores e rádios. Esses índices confirmam o bom desempenho desse Estado na difusão e uso da informação e, conseqüentemente, em seu posicionamento no ranking de IDH nacional e mundial.

Porém, o Profissional da Informação deve se conscientizar de seu papel na sociedade como agente difusor do conhecimento e precisa se conectar com as novas tecnologias para que a sua ação seja realmente efetiva e reconhecida e para que o seu posicionamento seja sempre crítico e atuante, na missão de formar cidadãos conscientes.

O Estado precisa, entretanto, também assumir a informação como um recurso de gestão e desenvolvimento para o país. Para a sociedade civil, o acesso à informação tem como propósito desenvolver o potencial criativo e intelectual dos indivíduos, dar sentido às ações dos homens no cotidiano, tornar públicas as proposições políticas e decisões que têm reflexos diretos sobre a qualidade de vida das populações.

De um modo geral a informação permite o exercício da cidadania, o que só é possível se os cidadãos tiverem o pleno conhecimento de seus direitos e deveres enquanto membros da nação (ARAÚJO, 1999). Dessa maneira, formas organizativas da sociedade civil como ONGs, movimentos sociais, sindicatos e associações de bairro podem contribuir para que os cidadãos exerçam sua cidadania mediante provisão de informações relacionadas aos seus direitos políticos, civis e sociais conquistados historicamente (ROCHA, 2000).

Para Ferreira (2003) a democratização da informática no contexto de uma ação estatal precisa transpor os muros das escolas e universidades e atingir o maior número possível de cidadãos comuns. No que se refere à Internet, cabe lembrar que ela apresenta muitas questões a serem consideradas quanto à democratização da informação. A popularização dessa rede mundial, por exemplo, trouxe consigo uma quantidade expressiva de informação, muitas vezes de qualidade duvidosa, servindo mais para desinformar do que informar o cidadão.

Para Cunha e Robredo (1993), a biblioteca não tem cumprido a sua função de custodiar os conhecimentos na maioria dos países em desenvolvimento. As bibliotecas são basicamente instituições elitistas, prestando-se ao trabalho de apenas servir uma pequena parte da população.

As bibliotecas devem sair da postura de armazenadoras de informações para assumir uma postura focada no processo de comunicação, ou seja, deve-se abandonar o sentido de posse e investir na filosofia de acesso. Esse investimento envolve o compartilhamento de recursos informacionais, o trabalho em rede,

minimizando pontos deficitários e eliminando barreiras (CARVALHO; KANINSKI, 2000).

As tecnologias da informação representam a possibilidade mais real de expandir a cooperação interinstitucional ampliando e diversificando os pontos de acesso à informação. As bibliotecas deverão cooperar com esse processo ao passo em que possibilitarem o acesso e a disponibilidade de informações, tendo em vista as mudanças das práticas culturais e das político-econômicas (CARVALHO; KANINSKI, 2000).

Finalmente, esse é um trabalho preliminar, que tem a intenção de iniciar estudos que relacionam a ciência da informação, a atuação do Profissional da Informação e a suas influências para a promoção da melhoria da qualidade de vida e do Desenvolvimento Humano da Sociedade. A partir deste, outros deverão ser desenvolvidos para investigar a relação entre a informação, a educação e o desenvolvimento de seu povo.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, S. A. do. Serviços bibliotecários e desenvolvimento social: um desafio profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.2, 1995.
- ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto das organizações não-governamentais brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p.155-167, maio/ago. 1999.
- ARRUDA, M. da C. C.; MARTELETO, R. M.; SOUZA, D. B. de. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.3, p.14-24, set./dez. 2000.
- ASSUMPTÃO JÚNIOR, et al. Escala de avaliação de qualidade de vida (auto questionnaire qualité de vie enfant imagé): validade e confiabilidade de uma escala para qualidade de vida em crianças de 4 a 14 anos. **Arquivos de Neuropsiquiatria**, v.58, n.1, p.7-15, 2000.
- BATISTA, R. A. **O acesso à informação como requisito para exercício da cidadania**. Mídia Cidadã, São Bernardo do Campo. 2005. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/agora/mapa_animadores_pesquisadores_roseli.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- BITOUN, J. O que revelam os índices de desenvolvimento humano. In: RECIFE. Prefeitura. **Atlas do desenvolvimento humano no Recife**: atlas municipal. Recife, 2005.
- CARVALHO, I. C. L.; KANINSKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.3, p.33-39, set./dez. 2000.
- CARVALHO, K. de. O profissional da informação: o humano multifacetado. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.3, n.5, out. 2002.

- CROWLEY, B.; BRACE, B. A choice of future: is it libraries versus information? **American Libraries**, v.30, n.4, p.76-79, Apr. 1999.
- CUNHA, M. B. da; ROBREDO, J. **Necessidade de integração das políticas de informação no Mercosul. Ciência da Informação**, v.22, n.1, p.7-12. jan./abr. 1993.
- FERREIRA, D. T. Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.42-49, jan./abr. 2003.
- FERREIRA, R. da S. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p.36-41, jan./abr. 2003
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOVERNO DE SERGIPE. Portal da Educação. **Ações do Governo do Estado consolidam liderança do IDH sergipano**. Disponível em: <<http://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=3624&Mes=2&Ano=2009>>. Acesso em: 02 mar. 2011.
- IBGE. **Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Rio de Janeiro: IBGE/PNAD, 2005.
- IBGE. **Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Rio DE Janeiro: IBGE/ PNAD, 2008.
- LARA, M. L. G. de; CAMARGO, J. C. C.; ROCHA, S. G. **Informação estatística e cidadania. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.16, n.3, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- PNUD. **A verdadeira riqueza das nações**. Genebra: ONU, 2010.
- REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.1, n.1, p.24-40, jan./abr. 2005.
- ROCHA, M. P. C. A questão da cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.1, p.40-45, jan./abr. 2000.
- ROMÃO, M. C. Uma proposta de extensão do "Índice de Desenvolvimento Humano" das Nações Unidas. **Revista de Economia Política**, v.13, n.4, out./dez. 1993.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996.
- TEIXEIRA FILHO, J. Profissionais da informação. **Insight Informal**, n.12, ago. 1998. Disponível em: <<http://www.insightinformal.com.br>>. Acesso em: 28 jun. 2001.
- WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. **Information Scientist**, v.9, p.127-140, 1975.